



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 1.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 27 DE JULHO DE 2015

Presidente: Exmo. Evaristo Carvalho

Secretária: Exma. Sra. Alda Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas.

A 1.ª Comissão Especializada Permanente procedeu à auscultação do Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, relativamente à petição de um grupo de moradores de Água Marçal sobre a

exploração da pedreira. Além do Sr. Heliodoro Quaresma (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais). Usaram da palavra os Srs. Deputados Alda Ramos (ADI) e Esmael Espírito Santo (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10 horas e 15 minutos.

O Sr. **Presidente**: — (Idalécio Quaresma) Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Alda Quaresma da Costa d'Assunção dos **Ramos**
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Esmaiel da Glória do **Espírito Santo**
Idalécio Augusto **Quaresma**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Monteiro Fernandes
Arlindo Barbosa Semedo
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das **Neves**

O Sr. **Presidente**: — Sra. e Srs. Deputados, Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, temos cá uma petição, por parte dos moradores da Água Marçal, reclamando a questão da pedra. Ainda há pouco tempo tivemos a presença do representante da Direcção dos Recursos Naturais e Energia, que esteve cá para nos explicar a situação.

Peço à Sra. Secretária da Comissão para ler novamente a carta dos peticionários.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos, para fazer a leitura da carta.

A Sra. **Secretária** (Alda Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, a carta diz o seguinte: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Assunto, reclamação feita ao Ministério da Administração Interna.

Excelência, no dia 25 de Abril, um grupo de cidadãos residentes na localidade de Água Marçal, submeteu uma petição ao Ministério da Administração Interna, com cópia para a Direcção-Geral do Ambiente, Serviços de Bombeiros e Protecção Civil, Direcção dos Recursos Naturais e Energia, COMPREC e a Câmara Distrital de Água Grande. Passaram-se 54 dias, não obtivemos nenhuma resposta e logo submetemos uma nova reclamação, solicitando a resposta, conforme está pautado na Lei n.º 1/2007 – Lei do Exercício do Direito de Petição, no dia 18 de Junho.

Considerando todo esse período de silêncio, sem qualquer informação aos assinantes e sentidos com a forma como o cidadão comum é muitas vezes tratado, humilhado, pelo senhor António Dolores, vim-nos acolher à Assembleia Nacional da República, Instituição que o Sr. Presidente muito sabiamente dirige, para mandar instaurar um inquérito sobre a situação, de modo a apurar as verdades que vive esta humilde população da comunidade de Água Marçal, com a participação também de alguns assinantes.

Informamos ainda que, desde que fizemos a referida petição, esta indústria de extracção e refinação tem continuado a extrair basalto, com quedas enormes de pedra, incomodando o cidadão durante o período de descanso, o que consideramos de muita injustiça.

Outro grande mal causado é a destruição das casas, sobretudo as paredes de alvenaria, e a danificação de muitas fechaduras das casas, pondo em perigo a segurança das pessoas e bens, provocados pelas quedas retumbantes de rocha que agita muito o solo e, logo, o sofrimento das residências próximas.

Solicitamos também que fosse exigido um estudo sobre o impacto ambiental desta unidade, tendo em conta que também está em causa a saúde dos residentes, com as poluições causadas, tanto do ar como sonoras.

Anexamos todas as correspondências que fizemos junto do Ministério da Administração Interna.

Sem mais outro assunto, Excelência, subscrevemos com a mais alta consideração.

Com cópia para o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

São Tomé, 6 de Julho de 2015.

Os representantes da comissão: *Germeu Salvaterra da Graça, Manuel Jorge de Carvalho do Rio, Cesaltina de Oliveira Bom Jesus, Celmira Soares da Costa Neto, Ariane da Silva Kuanda Nguell e David Monteiro.*»

Temos alguns anexos, sendo a carta dirigida ao Sr. Ministro da Administração Interna, datada de 18 de Junho de 2015. Outra carta dirigida ao Sr. Ministro da Administração Interna é datada de 25 de Abril de 2015. Os outros anexos são as fotos da localidade e a lista dos assinantes.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, como se vê, aqui não se fala de Serviços Geográficos e Cadastrais, mas decidimos contactar este mesmo serviço, tendo em conta que sabemos que é o responsável pela distribuição das terras para construção.

Estava cá o representante da Direcção dos Serviços Naturais, não sei se quando distribuíram as terras tiveram em conta a função industrial daquela área. Teve-se em conta a questão do limite de segurança? É isso que gostaríamos que o Sr. Director nos explicasse e se tem conhecimento da situação.

Tem a palavra o Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, para os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Sr. Presidente, Cara e Caros Srs. Deputados, por acaso informei-me ontem sobre o que está a acontecer com o Sr. António Dolores e ele me disse que não é bem a área que distribuimos, mas uma área que é do terreno privado, pertencente à família Deus Lima. Naquela área ainda não fizemos nenhuma intervenção. A área onde tivemos intervenção, delimitamos até onde ele devia exercer a sua actividade profissional, mas naquela área que ele diz ser privada e que paga uma renda mensal ou anual, não sei, não fizemos nenhuma intervenção.

Pude aperceber-me que uma comissão multidisciplinar esteve no local e produziu um relatório final com algumas recomendações ao Sr. António Dolores. Segundo ele, está a cumprir ponto por ponto as recomendações que ficaram plasmadas no relatório feito pela comissão que visitou o local. Talvez haja uma que não se cumpriu, porque nós, enquanto prestadores de serviços do Estado, não tivemos nenhuma petição para que delimitássemos também a área de exploração do Sr. António Dolores. Sendo um terreno privado, tínhamos que receber uma petição dele ou do dono terreno, de forma a fazermos uma delimitação. Não podemos intervir, se não houver uma petição dos interessados. Já na outra área urbana, delimitámos. O que tem que haver é uma fiscalização para saber se o Sr. António Dolores está mesmo a cumprir com o que está plasmado nas recomendações do relatório. Tem que deslocar algumas casas, já mudou de pedreira, antes explorava pedras naquele local, mas já não explora, só tira de lá materiais, sem utilizar máquinas nem tão pouco explosivos, se não estou em erro.

O que é preciso é haver uma equipa, no sentido de fiscalizar, para saberem se está mesmo a acontecer isso, ou não.

O Sr. **Presidente**: — Pelo que eu entendi, o terreno onde o Sr. António Dolores explora pedra não pertence ao Estado.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — A parte que agora está em polémica não pertence.

O Sr. **Presidente**: — Exacto! Mas a parte de terras que foi distribuída para construção faz fronteira com essa zona?

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Na área que distribuimos e delimitamos, há um marco que ele não deve ultrapassar. Se for ultrapassado, a equipa se deslocará até o local, no sentido de repor a legalidade. O que ele me disse é que não é naquela área que tem reclamação, mas sim numa outra área onde o terreno é privado.

O Sr. **Presidente**: — ok.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sra. e Srs. Deputados, Sr. Director, a minha pergunta tem a ver com o que foi formulado pelo Presidente, que o Director acabou de responder, mas mesmo assim não fiquei devidamente esclarecido. É verdade que a população reclama, sobretudo na área que supostamente o Sr. António Dolores está a fazer a extracção, que é a área dita privada, de acordo com a declaração do Sr. Director, mas em termos dimensionais eu queria saber primeiramente quando foi atribuído o título de terra às pessoas para poderem fazer as suas construções, ou a área foi urbanizada há quanto tempo a esta parte.

Segunda questão, falou mas não fiquei devidamente esclarecido. Em termos de delimitação da área ou perímetro de segurança, qual é a distância mínima que é observada? Pelo menos assim já nos permite ter matéria de análise, quer por parte da actividade industrial, quer por parte do Estado daquilo que é a sua

política de urbanização, em confrontação com essa exploração e também em termos de definição da área nos permite ter uma melhor análise.

São essas minhas duas questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Acho que data de 10 anos atrás, ou mais. A área de Palmar e de Mesquita.

Quanto ao perímetro, colocámos um marco físico que ele não deve ultrapassar e, geralmente, controlamos essa aproximação. O que soube é que nem sempre ele tem respeitado a delimitação daquela área, mesmo na parte urbana. Mas o mesmo disse-nos que aquela área não está em questão. Onde reclamaram é o terreno privado, que pertence à família Deus Lima. É aí onde não há delimitação, cujo terreno é privado, que se constatou que ele tem entrado livremente. Não fizemos qualquer intervenção naquela área, porque não está sob a nossa jurisdição. De facto notei essa dimensão, que ele foi entrando e aproximou muito as casas das pessoas e com outras consequências que sabemos, como a poluição sonora, o pó, etc.

O mesmo diz que tem cumprido as recomendações do relatório, como regar a zona, para evitar o pó, parou de extrair pedras por causa da poluição sonora e outras questões como construções de casas para as pessoas, como forma de deslocá-las de um lugar para o outro segundo ele. Agora resta fazer uma fiscalização permanente para saber se tudo isto que ele disse está a ser cumprido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — A minha pergunta é simples, Sr. Director. Disse que existe uma comissão multidisciplinar. A Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais faz parte dessa comissão?

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Não.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Isso não está bem distribuído. Penso que a sua direcção devia fazer parte.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Só para lhe dizer, Sra. Deputada, que só ontem tomei conhecimento do relatório do trabalho feito. Nem nos forneceram o relatório do trabalho feito pela comissão.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Peço desculpas, mas poderia dizer-nos quais são as instituições que fazem parte dessa comissão.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — A Direcção-geral do Ambiente, a Direcção da Saúde, a Direcção dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e a Direcção dos Recursos Naturais e Energia. São as que eu pude fixar.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Penso que falta a sua direcção para fazer parte dessa comissão.

Outra pergunta: disse aqui que o Sr. António Dolores diz que a área em causa não tem tido reclamações, se entendi bem.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Na área urbana onde fizemos a intervenção, ele diz que está tudo bem. A área que tem problema é aquela onde ele está arrendado. Paga uma renda anual à família Deus Lima, então, tem estado a fazer a exploração um pouco aleatória, não tem nada que define os perímetros de protecção nem nada.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI) — Se entendi bem, não sei se me enganei, o Sr. Director disse que há uma delimitação.

O Sr. **Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais**: — Na área urbanizada.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Mesmo com a delimitação o Sr. António Dolores tem entrado?

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Segundo os técnicos da nossa Direcção, ele tem ido para além daquilo que é a área que lhe pertence.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Agora, tendo em conta que ele está a fugir à delimitação, quais são as medidas que a Direcção tem tomado, de forma a precaver essas situações que estão a decorrer agora?

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Bom, temos dito a ele, aliás até já se comprometeu, no sentido de deslocar as pessoas que estão mais próximas, fazer uma casa para elas, até podemos ajudar com o terreno. É o que tem sido a nossa conversa.

O Sr. **Presidente**: — É tudo? Mais alguma questão, Sra. e Srs. Deputados?

Portanto, entendi que a parte que o Sr. António Dolores faz a exploração é privada e sobre esta não há nenhuma jurisdição que entre....

Tem a palavra o Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Na parte privada até podemos intervir, se houver alguma petição para o fazermos.

O Sr. **Presidente**: — Só se houver uma petição.

Esta questão já está a ser tomada em conta, iremos fazer uma visita ao local.

Tem a palavra o Sr. Deputado Esmaiel do Espírito Santo.

O Sr. **Esmaiel Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Director, só gostaria de dar uma contribuição.

Primeiro, os serviços cá em São Tomé e Príncipe carecem de um suporte jurídico, por vezes, para poder tomar medidas. Isso deixa a outra parte como se fosse a gozar. Penso que os Serviços Geográficos e Cadastrais devem solicitar ao Governo uma legislação que dê aos serviços maior autoridade. Se calhar, o Director é uma autoridade, mas se tomar uma decisão não teria força, de modo que ela fosse evidenciada. Seria bom que os serviços entrassem em conjugação com a Assembleia ou com o Governo, de forma a podermos ajudar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais.

O Sr. **Heliodoro Quaresma** (Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais): — Para complementar o que disse o Sr. Deputado, realmente estamos a pensar nisso, portanto há um plano que brevemente deverá iniciar ainda este ano, sobre o plano de ordenamento do território, ou seja, do País, de forma geral, e será acompanhado de algumas legislações que possam suportar os serviços, que realmente carecem muito. Mas com esse projecto pretende-se ao mesmo tempo elaborar uma proposta de lei e aprová-la o mais rápido possível. Assim espero que aconteça.

O Sr. **Presidente**: — Há mais alguma questão? Se não houver, podemos dispensar o Sr. Director. Só temos que agradecer. Muito obrigado e bom trabalho.

Srs. Deputados, declaro encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 15 minutos.